CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

O CÉU FOI ÀS URNAS?

A relação entre religião e política no processo eleitoral brasileiro em 2026

INAPAZ [1]

1. Terminando o processo eleitoral brasileiro de 2026, é inevitável que, para analisar a conjuntura, se abordem aspectos ligados diretamente àquele momento nacional. Alguns aspectos dizem respeito mais diretamente a análises especificamente políticas, sociais ou econômicas. Ultrapassam por isso os limites de uma reflexão que tem a específica missão de ser eclesial, isto é, que busque compreender o que fatos, interpretações e compreensões têm a dizer para a Igreja e sua missão. Algumas vezes, poderão ser os mesmos fatos abordados, no entanto, por análises diferentes, pois a realidade não muda. Distintos serão os enfoques e eclesial será sempre a relação entre religião e política e os desafios que esta relação traz para a missão da Igreja. É por isso que esta análise de conjuntura eclesial apresentada ao CONSEP em novembro de 2026, quer refletir sobre a relação entre a identidade religiosa, a escolha do voto e, em sentido mais amplo, entre religião e política no atual estado da questão. Alguns fatos chamaram a atenção no processo eleitoral de 2026. Os aqui elencados não são os únicos ligados à relação entre religião e política no Brasil de nossos dias. Possuem, entretanto, força suficiente para que se inicie uma necessária reflexão, a qual não pode desconsiderar que são situações imbricadas e não ocorrem do mesmo modo e com a mesma intensidade nas diversas realidades de nosso país.

Os fatos que chamam a atenção

2. O primeiro dos fatos se refere ao **uso de títulos religiosos como identificação também político-eleitoral**. Embora esta conexão não seja nova, as eleições deste ano apresentam, na compreensão do INAPAZ, aspectos destacáveis, dentre os quais a justificativa predominantemente religiosa para o discernimento do voto, em detrimento de outras identificações. Para as eleições brasileiras de 2026, um levantamento publicado em setembro último pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc),

[1] A equipe do INAPAZ é atualmente composta por D. Joel Portella Amado, D. Wellington Queiróz, D. Jânison de Sá Santos, Pe. Abimar Oliveira de Moraes, Pe. André Márcio Nogueira de Souza, Pe. Danilo Pinto dos Santos, Pe. Douglas Alves Fontes, Pe. Marcelo Batalioto, Pe. Marcial Maçaneiro, Sra. Maria Inês Castro Millen, Srta. Mariana Venâncio, Irmã Sueli Cruz, Pe. Tiago Ávila Camargo e Pe. Waldecir Gonzaga.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

em parceria com o Common Data [2], identificou 445 candidaturas com referências religiosas no nome de urna, de um total de 20.448 candidaturas consideradas. Destas, 285 candidaturas utilizavam a designação *pastor* ou variantes, 42 utilizavam *irmão*, 39 utilizavam *missionário*, 11 utilizavam *padre* e 31 utilizavam *bispo*. O estudo identificou a presença destas candidaturas com referências religiosas em diferentes campos políticos e partidos. Certamente, não se pode estabelecer um vínculo estreito entre o nome de urna e o motivo da escolha. No entanto, é possível considerar que a identidade religiosa continua sendo utilizada como elemento de apresentação de candidaturas e mesmo outros atos de governo em início de mandato [3]. Tampouco estamos diante de uma prática inusitada. Ao contrário. A literatura especializada nos leva ao contexto da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986. Desde então, o princípio de que *irmão vota em irmão* vem se fazendo presente nas dinâmicas eleitorais brasileiras [4].

3. Especificamente nas eleições gerais brasileiras de 2026, pesquisas até acenaram para uma redução no uso de títulos religiosos nos nomes de urna, em comparação com 2022 [5]. Títulos como *pastor*, *bispo* e *missionário* aparecem menos explicitamente nos nomes de urna, embora a identidade e a mobilização religiosa continuem presentes na política. Os dados indicam uma diminuição da *identificação religiosa explícita* nos nomes de urna, mas não permitem concluir que tenha ocorrido uma redução equivalente da conexão mencionada. Para essas pesquisas, não se trata de uma alteração na relação entre religião e política, porém uma transformação na estratégia eleitoral em dois sentidos.

---

[2] INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Inesc); COMMON DATA. Candidaturas de religiosos. Brasília, DF: Inesc, 2026. (Série Perfil do Poder nas Eleições 2026). Disponível em: https://inesc.org.br/perfil-das-candidaturas-eleicoes-2026/. Acesso em: 13 nov. 2026.

[3] TONIOL, Rodrigo. Decreto 001: o Brasil é do Senhor Jesus Cristo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 out. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rodrigo-toniol/2026/10/decreto-001-o-brasil-e-do-senhor-jesus-cristo.shtml. Acesso em: 13 nov. 2026.

[4] SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia*. Brasília, DF: Pergaminho, 1986; MARIANO, Ricardo. *Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública*. Civitas: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; CERVI, Emerson Urizzi. *Evangélicos e voto legislativo: diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil*. Latin American Research Review, v. 54, n. 3, p. 560-573, 2019.

[5] BIMBATI, Ana Paula; MALI, Tiago. Número de candidaturas com nomes religiosos cai e é o menor desde 2010. *UOL Notícias*, São Paulo, 16 ago. 2026. Disponível em: https://www.bol.uol.com.br/noticias/2026/08/16/candidatos-nome-identidade-religiosa-urna-tse.htm. Acesso em: 16 nov. 2026; INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC); COMMON DATA. *Análise de candidaturas: religiosos: Perfil do Poder: eleições 2026*. Brasília, DF: Inesc; Common Data, 2026. Disponível em: Relatório completo em PDF. Acesso em: 14 nov. 2026; INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). Direita concentra 56,6% das candidaturas com referência religiosa no nome de urna. *Inesc*, 9 set. 2026. Disponível em: https://inesc.org.br/direita-concentra-566-das-candidaturas-com-referencia-religiosa-no-nome-de-urna/. Acesso em: 14 nov. 2026; INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). Levantamento sobre candidaturas com identidades religiosas nas eleições de 2026. Em colaboração com *CartaCapital*. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

Em primeiro lugar, o não uso do título religioso explícito pode ser uma maneira de alcançar eleitores que não se identificam com determinada denominação ou que demonstram resistência à atuação político-partidária de lideranças religiosas. Em lugar de se apresentarem como pastores ou bispos, alguns candidatos preferiram utilizar expressões mais abrangentes, como "cristão", "homem de fé" e "mulher de Deus". Deixam de explicitar sua função religiosa, mas continuam mobilizando valores e referências religiosas em suas campanhas. Essa hipótese se adequa com os processos de desinstitucionalização presentes na realidade brasileira. [6] Em segundo lugar, intui-se que lideranças religiosas e candidatos têm percebido que ostentar títulos eclesiásticos não garante, necessariamente, maior votação, podendo gerar até mesmo rejeição. Alguns especialistas identificam certo desgaste, cansaço do eleitorado, em relação à utilização explícita da religião como instrumento de disputa política. Ao que parece, estamos diante mais de uma estratégica retração de expressões religiosas institucionais, em uma mudança na forma de sua expressão eleitoral, do que uma recomposição na relação entre religião e política. A identidade explicitamente institucional pode estar deixando de ser utilizada no nome de urna, mas o religioso permanece ativo e mobilizado de outras maneiras durante a campanha eleitoral. [7] O elemento rejeitado é a específica identidade institucional, não, porém, a dimensão religiosa.

4. Uma segunda face da mesma questão refere-se à **utilização de terminologia religiosa ou bíblica** para identificar propostas políticas. Um exemplo desta transformação semântica, o processo eleitoral de 2026 foi a proposta de criação de um *Ministério da Prosperidade*. Em termos especificamente político-governamentais tal ministério seria uma forma de concentrar programas de assistência social, qualificação profissional, acesso ao crédito e incentivo ao empreendedorismo, com o objetivo de promover autonomia financeira. No entanto, ao atribuir a esta opção político-governamental um termo recolhido do âmbito religioso, demonstra tratar-se de uma apropriação semântica em vista de um eleitorado específico, no caso, mais o eleitorado evangélico, e quem se identifica com ele por ser

---

[6] Cf. RAUF, Ateeq Abdul; APPAU, Samuelson; PRASAD, Ajnesh. Old gods, new world: theoretical advances in the marketization and the consumption of religion. *Marketing Theory*, v. 25, n. 1, 2025; STOLZ, Jörg; USUNIER, Jean-Claude (ed.). *Religions as brands: new perspectives on the marketization of religion and spirituality*. Farnham: Ashgate, 2014; EINSTEIN, Mara. *Brands of faith: marketing religion in a commercial age*. London: Routledge, 2008,

[7] Ainda é possível considerar que estejamos diante de uma vertente do mesmo fenômeno ligado, por exemplo, ao surgimento e a expansão de igrejas contemporâneas que substituem parte da linguagem doutrinária tradicional do cristianismo, centrada em Jesus Cristo, pecado, cruz, arrependimento e salvação, por discursos voltados ao comportamento, à atitude, ao desenvolvimento pessoal e ao bem-estar. Trata-se de uma transformação na linguagem, na estética e no conteúdo de parte do evangelicalismo contemporâneo. A mensagem religiosa passa a enfatizar menos a centralidade de Cristo e a doutrina da salvação e mais o bem-estar, a atitude, a superação e o sucesso individual. Trata-se, portanto, não apenas de uma mudança na apresentação das igrejas, mas também de uma possível alteração no próprio conteúdo da experiência e da mensagem cristãs.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

afeito a uma visão social que valoriza mais o empreendedorismo e o trabalho autônomo em detrimento do modelo tradicional da CLT.

5. No Brasil, é conhecida a utilização de João 8,32 (*Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará*), para se referir à revelação de escândalos de corrupção ou ao combate ao que o grupo político classifica como desinformação. Sendo originalmente um conceito religioso, passou a ser usado na retórica política contemporânea para enquadrar adversários ideológicos não apenas como oponentes políticos, mas como agentes do mal que precisam ser derrotados moral e espiritualmente. Desloca-se, portanto, o foco do eixo efetivamente político para o eixo religioso, firmando-se o contexto de guerra espiritual. Termos como *prosperidade* e outros semelhantes carregam significados positivos prévios tanto no vocabulário neopentecostal quanto na linguagem de coaching e de empreendedorismo, gerando identificação imediata sem a necessidade de longas explicações programáticas. Esse não é um fenômeno novo, sendo utilizado por atores de diferentes espectros ideológicos para conquistar eleitores, ressignificar ideias e construir identidade coletiva. Na disputa pelo poder, as palavras não servem apenas para descrever a realidade, mas para moldar a percepção pública sobre ela. A apropriação terminológica ocorre quando um grupo político adota expressões, conceitos ou vocabulários que já possuem forte carga emocional, cultural, mercadológica ou, como é o caso, religiosa, incorporando-os ao seu discurso oficial.

6. Um terceiro aspecto se refere à **cessão de terrenos públicos para igrejas** edificarem locais com atividade exclusivamente religiosa. No caso eleitoral, tornam-se até mesmo promessas de campanha. Em geral, o costume de cessão de próprios públicos traz consigo o ônus de que sejam também desenvolvidas atividades de natureza social ou assistencial, destacando-se, desse modo, o interesse supra ou não confessional. A diferença diz respeito à destinação exclusivamente religiosa, ou seja, destinado especificamente à construção de templos. Para isso, as justificativas apresentadas dizem respeito, por exemplo, a antigo desejo da comunidade local ou à consideração de que ação religiosa por si só seja uma efetiva contribuição para a cidade, chocando-se, portanto, com a concepção da laicidade do estado. [8]

7. Em quarto lugar, podem ser indicadas as **bancadas religiosas**. Não sendo partidos políticos no sentido técnico do termo, influenciam a ação política no parlamento. Na assembleia constituinte de 1986–1988, assistimos à explícita formação da primeira bancada evangélica. Embora houvesse parlamentares religiosos isolados desde o Império e a Primeira República, a atuação organizada e

[8] TONIOL, Rodrigo. Prefeituras doam terrenos para igrejas em todo o país. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 nov. 2026. Colunas. Disponível em: uol.com.br. Acesso em: 16 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

suprapartidária em blocos religiosos consolidou-se nos momentos em que o país redigia suas Constituições e redefinia a relação entre Estado, sociedade e moral pública. [9]

8. As **consagrações** de cidades e do país **a Jesus** surgiram no Brasil em dois momentos distintos. Na década de 1930–1950, aconteceram as consagrações ao Sagrado Coração de Jesus pela Igreja Católica. A partir dos anos 1990–2000, surgiu a consagração ou a entrega das chaves de cidades e outros espaços públicos ao Senhor Jesus, levadas a efeito pelo movimento evangélico-pentecostal e baseada na batalha espiritual [10]. Com elas, deve-se ainda acrescentar as chamadas **marchas para Jesus** como espaços de disputa política, de identidades coletivas e articulação entre lideranças religiosas e atores partidários. Trata-se da aproximação entre lideranças evangélicas e projetos políticos nacionais com a presença de candidatos e autoridades públicas nas manifestações [11].

9. Por sua vez, a contenda envolvendo **Nossa Senhora Aparecida** na reta final do primeiro turno das eleições de 2026 tornou-se um dos principais episódios político-religiosos da campanha, desencadeando desinformação nas redes sociais, um conflito institucional inédito entre ministros do

---

[9] DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal. 2011. 350 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/16946. Acesso em: 16 nov. 2026; GERSHON, Debora. Atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados. Boletim Ciências Sociais Articuladas, Rio de Janeiro, n. 4, 24 maio 2022. Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB/IESP-UERJ). Disponível em: https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/. Acesso em: 16 nov. 2026; INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). Frentes parlamentares e bancadas de identidade religiosa no Congresso Nacional: qual a diferença? Religião e Poder, Rio de Janeiro, 4 jul. 2024. Disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/frentes-e-bancadas. Acesso em: 16 nov. 2026; SOUZA, Naiana Zaiden Rezende. Religião e política: a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Goiânia: Cegraf UFG, 2025. Disponível em: https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/676. Acesso em: 16 nov. 2026.

[10] O fenômeno ganhou grande repercussão jurídica a partir de **2017**, quando prefeitos recém-empossados (como em Guanambi-BA, Sapezal-MT, Alto Paraíso-RO e Santo Antônio de Pádua-RJ) assinaram decretos oficiais entregando as chaves dos municípios ao "Senhor Jesus Cristo" e "cancelando pactos espirituais" anteriores — medidas posteriormente derrubadas pela Justiça, como pelo TJ-BA em 2019, por afronta ao princípio constitucional da laicidade do Estado.

[11] CRUZ, Tales Paulo Pereira da; MELO FILHO, Dirceu Rogério Cadena de. Da cruz para o fuzil: a Marcha para Jesus como espaço político aberto. *Encontros Universitários da UFC*, Fortaleza, v. 7, n. 11, p. 1522, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/eu/article/view/86284; CARVALHO, Calebe Silva de; SILVA, Joscimar Souza. A politização do discurso evangélico no Brasil contemporâneo: uma análise comparativa entre as eleições de 2018 e 2022. *Ziz*, 2025. DOI: https://doi.org/10.22409/e4jycb81; SILVA, Maitá de Paula e; SILVA, Guataí de Paula e. O discurso maniqueísta na constituição dos sujeitos na 30ª Marcha Para Jesus. *Primeira Escrita*, v. 12, n. 1, p. 58-72, 2025. DOI: https://doi.org/10.55028/rpe.v12i1.23173; DUARTE, Samuel Corrêa; RISCAROLI, Eliseu; FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo. Da marcha pela família à marcha para Jesus: encontro de católicos e evangélicos com a extrema-direita. *Estudos Teológicos*, v. 64, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.22351/et.v64i1.2943; BARROS, Margaux de. Entre a fé e a expressão política: etnografia das interações entre pastores e fiéis evangélicos durante as eleições de 2022 no Rio de Janeiro. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 122, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-035mb/122; SANT'ANA, Raquel. O som da Marcha: evangélicos e espaço público na Marcha para Jesus. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S1984-04382014000200011. Acessos em 17 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF) e uma disputa simbólica pelo voto católico. A controvérsia teve início no final do mês de setembro, já, portanto, bem perto do primeiro turno das eleições, quando uma jornalista noticiou, em programa televisivo, a existência de um projeto de lei articulado por parlamentares evangélicos para retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de Padroeira do Brasil. A referência dizia respeito ao PL 2.623/2007, que buscava alterar a Lei 6.802/1980, responsável por instituir o feriado nacional de 12 de outubro. Aquele projeto havia sido arquivado definitivamente em agosto de 2008. No dia seguinte, a emissora de televisão fez uma retratação pública corrigindo a omissão sobre o arquivamento. Mesmo após a correção, o assunto explodiu nas redes sociais, impulsionado por publicações de influenciadores e perfis políticos. As postagens associaram o projeto arquivado à campanha de um dos candidatos, combinando-o com a declaração feita de que, se eleito, decretaria que "o Brasil é do Senhor Jesus Cristo" [12]. De um lado, o candidato mencionado, recordando o arquivamento, negou qualquer intenção de alterar o título da padroeira, acusando o partido oposto e setores da CNBB de participarem da difusão de notícias falsas. Dias depois, durante ato de campanha em São Paulo o candidato ergueu uma imagem de Nossa Senhora Aparecida em gesto de desagravo ao eleitorado católico. Por sua vez, o presidente e candidato à reeleição incorporou o episódio aos seus discursos na reta final do primeiro turno. A CNBB negou envolvimento com a campanha de desinformação, afirmou que "mentira não se combate com mentira" e esclareceu institucionalmente que o título de Padroeira Principal do Brasil foi proclamado pelo Papa Pio XI em 1930, não dependendo, portanto, de qualquer ato político. A contenda extrapolou o debate eleitoral, provocando até mesmo uma crise de competência entre ministros das cortes superiores às vésperas do primeiro turno [13] [14]

[12] Segundo monitoramento do Instituto Democracia em Xeque (IDX) divulgado pela Agência Pública e pelo Poder360, o tema gerou 1,3 milhão de publicações e 12,4 milhões de interações entre 23 e 27 de setembro, tornando-se o terceiro maior assunto político das redes naquela semana. Acessos em 16 nov. de 2026.

[13] BARIFOUSE, Rafael. O vaivém de decisões entre TSE e STF sobre posts de Nossa Senhora Aparecida e Flávio Bolsonaro. BBC News Brasil, São Paulo, 29 set. 2026. Disponível em: bbc.com. Acesso em: 16 nov. 2026; MAIA, Mateus. A polêmica sobre N. S. Aparecida e as eleições presidenciais. Folha de Pernambuco, Recife, 28 set. 2026. Opinião. Disponível em: folhape.com.br. Acesso em: 16 nov. 2026; SANTANA, Vitor; VIANA, Natália. Nossa Senhora vira evento político e aprofunda crise do STF. Agência Pública, São Paulo, 29 set. 2026. Disponível em: apublica.org. Acesso em: 16 nov. 2026; TSE decide sobre post envolvendo N. S. Aparecida e encerra disputa. TV Brasil, Brasília, DF, 1 out. 2026. Repórter Brasil. Disponível em: ebc.com.br. Acesso em: 16 nov. 2026.

[14] Outras questões também se fizeram presentes, como, por exemplo, as manifestações de bispos individualmente ou em grupo, além da manifestação do Conselho Permanente. Além de se tratar de questão com aspectos peculiares, os exemplos aqui citados, no entanto, são suficientes para que leve a reflexão adiante

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

Barroquismo religioso católico e as opções eleitorais de 2026

10. Faz-se ainda necessário indicar a presença do **barroquismo religioso** nas eleições de 2026. Não se está falando aqui do barroco como movimento artístico, histórico ou teológico, nem da presença de elementos barrocos na liturgia católica. O termo *barroquismo* é empregado como uma categoria sociocultural e comportamental, referindo-se a um estilo marcado pelo excesso de ornamentação, pela profusão de detalhes, pela complexidade discursiva, dramaticidade, solenidade e, em certas situações, teatralização da própria identidade religiosa com a estética da autoridade. Nesse sentido, o barroquismo aparece na linguagem de determinados ministros religiosos, com discursos carregados de imagens, adjetivações, referências históricas, citações, advertências morais e construções retóricas elaboradas. Aparece também na aparência e na performance pública de sacerdotes e influenciadores, por meio de vestimentas, gestualidade, cenários, objetos religiosos e uma apresentação cuidadosamente dramatizada. Aparece na maneira de construir narrativas sobre a igreja, a sociedade e a política, frequentemente organizadas em torno de grandes oposições, como sagrado e profano, tradição e decadência, fidelidade e traição, ordem e caos. Aparece por fim na comunicação digital, em que a identidade religiosa se torna também uma performance visual e audiovisual, capaz de produzir reconhecimento, admiração, pertencimento e adesão.

11. Por tudo isso, desafia-nos entender que o barroquismo religioso pode funcionar como uma linguagem de mobilização política, mesmo quando não existe uma declaração explicitamente partidária. Isso acontece porque o barroquismo oferece uma gramática de interpretação do mundo, podendo, consequentemente, predispor determinados públicos a reconhecer algumas opções eleitorais como moralmente legítimas e outras como ameaçadoras. Em primeiro lugar, é necessário compreender o barroquismo como expressão de autoridade. Este aspecto é importante porque tradicionalmente, a autoridade de um padre está vinculada à sua condição sacerdotal, à sua inserção na comunidade, à formação teológica, à responsabilidade pastoral e à vinculação institucional à Igreja. No ambiente digital, entretanto, surge uma modalidade adicional de autoridade construída pela capacidade de produzir presença, impressionar, emocionar e conquistar audiência. O padre influencer não precisa necessariamente ter uma comunidade territorial sob sua responsabilidade para alcançar milhares ou milhões de pessoas. Pode construir uma comunidade de seguidores em torno de sua personalidade, de sua maneira de falar, de suas interpretações religiosas e de sua performance.

12. E é nesse ponto que o barroquismo adquire importância sociológica, a partir principalmente de quatro mecanismos. Em primeiro lugar, encontra-se a autoridade pela exuberância. Neste caso, a complexidade do discurso, a abundância de referências, a eloquência e a segurança das afirmações produzem uma impressão de profundidade e conhecimento. O discurso parece possuir uma densidade

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

que nem sempre corresponde à consistência de sua argumentação. Em segundo lugar, a autoridade se firma pela dramaticidade, por meio da qual a fala religiosa deixa de ser apenas explicativa ou orientadora e passa a funcionar como uma encenação de grandes acontecimentos. O sacerdote não simplesmente apresenta uma interpretação. Ele anuncia uma crise, identifica inimigos, denuncia ameaças e convoca os fiéis para uma espécie de combate espiritual. O terceiro mecanismo afirma a autoridade por meio da excepcionalidade. Sob este aspecto, a figura religiosa é apresentada como alguém que possui uma compreensão especial dos acontecimentos, que consegue enxergar aquilo que os demais não percebem e que está disposto a enfrentar forças supostamente comprometidas com a destruição da fé. Por fim, a autoridade é afirmada via identificação estética, por meio da qual o seguidor não adere somente às ideias do ministro religioso. O seguidor adere também ao seu modo de vestir, falar, gesticular, celebrar e interpretar a realidade. A estética se transforma em elemento de pertencimento. Por tudo isso importa considerar que o barroquismo religioso pode oferecer uma estrutura narrativa bastante favorável à polarização política. Isso acontece porque sua linguagem frequentemente privilegia a intensidade, os contrastes e as grandes oposições. A realidade social, complexa, contraditória e composta por interesses diversos, passa então a ser interpretada por meio de categorias morais muito abrangentes. [15]

O desafio que emerge do fato

13. Na medida em que a missão eclesial não se limita à vida interna da comunidade cristã, mas também se dirige à pessoa humana em sua integralidade e à sociedade na qual essa pessoa vive, é inevitável que se pense na relação que vem atualmente sendo estabelecida entre religião e política. Por certo, não se trata aqui de pensar essa relação a partir, por exemplo, de oportunismos e outras formas de aproveitamento da identidade religiosa. Trata-se de compreender a conjuntura que temos diante de nós e o significado dos fatos aqui descritos, buscando igualmente discernir em que sentido a relação entre religião e política corresponde ao que a Igreja tem compreendido e formulado principalmente

[15] Sobre o barroquismo católico, ainda não existem estudos mais amplos. As referências mais relevantes são MARAVALL, José Antonio. *A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. Tradução de Guilherme Simões Gomes Júnior. São Paulo: Edusp, 2009; EGGINTON, William. *The theater of truth: the ideology of (neo)baroque aesthetics*. Stanford: Stanford University Press, 2010. No Brasil, Moisés Sbardelotto tem se preocupado em refletir sobre o tema: SBARDELOTTO, Moisés. Facetas midiático-digitais do neorreacionarismo católico no Brasil. *Reflexão*, Campinas, v. 48, 2023. DOI: https://doi.org/10.24220/2447-6803v48a2023e8864; SBARDELOTTO, Moisés. De "cura rural" a macroinfluencer digital: um estudo de caso sobre a influência digital religiosa. *Ciencias Sociales y Religión*, v. 26, e024012, 2024. DOI: https://doi.org/10.20396/csr.v26i00.8674963; SBARDELOTTO, Moisés. Revisitando o catolicismo midiático: das mídias católicas à midiatização da religião. *Caminhos: Revista de Ciências da Religião*, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 116-131, 2024. DOI: https://doi.org/10.18224/cam.v22i1.14147.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

por sua Doutrina Social (DSI), para a qual existem limites claros contra a partidarização da fé e a teocracia. A Igreja propõe uma relação de cooperação, mas sem fusão**.** A religião oferece os fundamentos éticos e morais sobre a dignidade humana e a política traduz esses princípios em leis, economia justa e administração pública para o bem de todos. Diante, pois, da clareza do princípio, como é possível que, pelo menos entre os católicos, se perceba o crescimento ou, se assim desejarmos, a aproximação entre identidade religiosa e escolha eleitoral?

14. O desafio de compreender esta específica realidade se torna ainda mais destacável na medida em que a Igreja no Brasil aprovou novas DGAE, vivenciando agora a etapa de sua implementação. Nestas se percebe a manutenção do princípio indicado pela Doutrina Social da Igreja, com a explicitação do cuidado ambiental em conjunto com o cuidado com a pessoa (DGAE 218e). Outra indicação é feita quando as DGAE tratam do Pacto Educativo Global (204). Como, pois, fazer com que as atuais DGAE sejam efetiva contribuição também para o bom cumprimento da responsabilidade política dos cristãos e cristãs? Em que sentido, a conexão essa atuação pode atualmente ser vivida como serviço à vida plena? Para a resposta a estas perguntas, é necessário que se indague o motivo pelo qual se tem dado a conexão entre uma e outra dimensão.

Por que isso acontece?

15. Para a busca pelos motivos, é preciso considerar que não estamos diante de um fenômeno simples, unidirecional e, por isso mesmo, de fácil compreensão. Ao contrário, trata-se de uma realidade complexa, com diversas variáveis, trazendo para esta análise os parâmetros apresentados em análises anteriores, os quais, como já lembrado anteriormente, podem ser resumidos em algumas expressões tais como *pós-cristandade*, *pós-verdade*, *individualização* e *desinstitucionalização*. Para a compreensão da conjuntura aqui indicada, ajuda recordar que estamos diante do vazio deixado pela crise dos parâmetros, dos paradigmas e, no que diz respeito ao fato gerador desta análise, das ideologias tradicionais. Historicamente, as grandes narrativas políticas prometeram progresso, igualdade, justiça social ou liberdade econômica. Com a burocratização dos partidos e a percepção de que a política institucional falhou em resolver problemas estruturais, essas ideologias perderam o poder de motivar as escolhas [16]. Consequentemente, onde antes havia o debate de classes ou de

[16] ASSIS, Pedro Paulo de; LOCATELLI, Luís; ALVES, Vinícius Silva; RIBEIRO, Pedro Floriano. Nem formal, nem informal: a diversidade das práticas nas organizações partidárias brasileiras. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 31, e007, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-98732331e007 . Acessado em 18 de novembro de 2027; GUIMARÃES, Andre Rehbein Sathler; RODRIGUES, Malena Rehbein; BRAGA, Ricardo de João. A oligarquia desvendada: organização e estrutura dos partidos políticos brasileiros. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, 2019. https://doi.org/10.1590/001152582019181 . Acessado em 18 de novembro de 2027

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

modelos econômicos, hoje há um vazio que passou a ser preenchido por gramáticas emocionais e religiosas. A religião entra como uma narrativa substituta que oferece respostas absolutas em tempos de incerteza. Este não é um fato isolado. Faz parte da atual busca por identidade, em um mundo globalizado e hiperconectado, que vem gerando uma crise de pertencimento. O colapso de laços comunitários tradicionais deixou os indivíduos isolados. Bairros, associações, sindicatos e outras instâncias semelhantes têm experimentado a perda de sua capacidade para fornecer as bases ou mediações para lidar com a realidade. Nesse contexto, a religião emerge como possibilidade de refúgio social, oferecendo redes de apoio material, suporte emocional, lazer e inserção social. Votar em alguém que compartilha da mesma fé é, desse modo, uma forma de autoafirmação em uma sociedade fragmentada. Quando, portanto, um político aciona o discurso religioso, ele não está primeiramente dialogando com a dimensão teológica do eleitor, mas sim validando religiosamente sua identidade com a identidade do eleitor.

O embate

16. Uma das consequências mais graves da crise ideológica aliada à religião é a polarização maniqueísta que torna a política um dado religioso na medida em que ela passa a ser compreendida como luta entre o bem e o mal. Os adversários passam a ser vistos como inimigos, ainda que nem sempre seja assim explicitado. Na política sacralizada, o oponente se torna não apenas alguém que tem propostas diferentes para questões ligadas ao bem comum. O oponente passa a ser visto como o *inimigo da fé*, como encarnação do mal. Quando se chega a esse nível de compreensão, é possível que surja e até mesmo se fortaleça uma espécie de imunidade ao debate racional. Quando o discurso político adota o tom de *guerra espiritual*, propostas econômicas, planos de governo e dados estatísticos perdem a relevância [17]. Embora nem sempre explicitando desse modo, o eleitor passa a votar mais por dever espiritual, tornando-se impermeável às críticas pragmáticas sobre o candidato. Em um mundo onde as promessas materiais e utópicas das ideologias falharam, a promessa de preservação de valores espirituais e comunitários tornou-se um cabo eleitoral eficiente na atualidade. A política, para sobreviver à sua própria crise de credibilidade, se apropriou da semântica e da gramática religiosas. Com isso, as crises históricas estão levando as buscas por solução para o além da história. Esta, cada

[17] Convém que se volte à análise de conjuntura eclesial apresentada ao CONSEP em setembro de 2025: INAPAZ, *Eu vim trazer a espada. Meditações acerca de algumas expressões religiosas contemporâneas*, percebendo-se mais uma vez a preocupação ali indicada em decorrência da conexão com uma visão mais ampla da vida e dos relacionamentos humanos, sociais e, no caso desta análise, políticos

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

vez mais complexa, translúcida, e até mesmo opaca às vezes, com pluralidade de narrativas e interpretações, não se tem mostrado capaz de encontrar em si mesma, nos seus mecanismos próprios, os caminhos de superação dos problemas. A dimensão religiosa, como expressão do que está além da história, adquire, desta forma, um peso relevante.

Discernimento eleitoral em contexto de guerra cultural

17. Por *guerra cultural* entende-se a situação em que a disputa principal não acontece por causa de modelos econômicos ou infraestruturais. Ela acontece mais pela imposição de valores, visões de mundo e estilos de vida que devem prevalecer em uma sociedade. Em lugar do debate tradicional, focado, por exemplo, em direitos comuns a todos os cidadãos, o foco é transferido para a moralidade e a política passa a funcionar como uma arena para definir o que é culturalmente aceitável ou não. É a isso que podemos chamar de *guerra cultural*, termo utilizado para expressar a transformação da cultura e da moral em armas políticas. A religião é então acionada porque oferece símbolos poderosos, discursos emocionalmente verossímeis e uma rede comunitária já estruturada, tornando-se o combustível ideal para mobilizar eleitores em torno de causas que eles consideram sagradas e inegociáveis. Com isso, desloca-se o debate técnico para o âmbito do debate moral. Os candidatos já não se preocupam tanto em debater, por exemplo, propostas orçamentárias ou metas de inflação, alimentação, renda ou habitação. Preocupam-se mais em sinalizar barreiras morais. Ganham força, então, as pautas de costumes, isto é, as pautas predominantemente morais. O voto deixa de ser uma escolha sobre quem vai gerir a coisa pública em função do bem comum e passa a ser uma afirmação de visões de pessoas ou grupos. A principal engrenagem da guerra cultural é a polarização extrema, que divide a sociedade em dois blocos crescentemente irreconciliáveis. Ao associar a política à religião, essa divisão ganha contornos espirituais e a religião entra aqui como a linguagem perfeita para essa sinalização. Na política tradicional, o oponente é alguém com quem você discorda sobre a gestão do Estado. Na guerra cultural sacralizada, o oponente é transformado em uma ameaça existencial à família, à fé e ao futuro das próximas gerações. Como o debate é moral e absoluto, argumentos técnicos perdem peso. [18]

[18] OLIVEIRA JÚNIOR, Humberto Ramos de. Ecumenismo de guerra: a aliança tática entre católicos e evangélicos conservadores na política brasileira. Numen, Juiz de Fora, v. 29, n. 1, p. 59–76, jan./jun. 2026. DOI: 10.34019/2236-6296.2026. v. 29.52111. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/52111. Acesso em: 14 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

18. O político não vence convencendo o eleitor de que seu plano econômico é cientificamente superior. Vence na medida em que afirma que compreende e, mais ainda, que se identifica com as frustrações e consequente expectativas das pessoas. Isso tem acontecido porque, diferentemente de outras regiões do mundo, nas quais a crise das ideologias gerou um esvaziamento das igrejas, no Brasil o enfraquecimento do estado de bem-estar social tem conduzido as populações vulneráveis para o ambiente religioso. Especialmente naquelas periferias onde o Estado tem falhado em segurança, habitação, alimentação, saúde e lazer, a religião passa a funcionar, explícita ou implicitamente, como uma espécie de agência existencial. Ela provê cestas básicas, redes de emprego e acolhimento emocional, entre outros aspectos. Enquanto uns propõem a emancipação de classe e outros, o livre mercado abstrato, as igrejas oferecem o empreendedorismo da fé, calcado no esforço individual associado à bênção divina. Para um trabalhador informal, esse discurso faz muito mais sentido prático.

19. Esta fusão entre a fé e a esfera pública responde a uma engrenagem complexa. De um lado, temos um vácuo de identificação. Partidos políticos figuram entre as instituições com menor índice de confiança do eleitorado brasileiro. Diante da perda de credibilidade das ideologias programáticas clássicas, as identidades religiosas surgem como substitutos de pertencimento e coesão moral. Onde os mecanismos histórico-sociais falham em fornecer segurança e amparo socio-existencial, a dimensão religiosa passa a atuar como fornecimento de lógicas e discursos, como redes de apoio material e emocional fundamentais. Isso se converte em capital eleitoral legítimo na percepção dos fiéis. Não se trata, portanto, de ausência de projeto político. Trata-se de um projeto simplificador diante de uma realidade opaca, complexa e frustrante. Pautas socioeconômicas complexas, tais como reformas fiscais ou planos de desenvolvimento, exigem debates técnicos longos. A linguagem religiosa simplifica a disputa política ao traduzi-la em termos morais claros e absolutos de bem contra o mal. Trata-se de uma estratégia altamente eficaz para mobilizar afetos e gerar engajamento rápido.

20. Embora, para a Doutrina Social da Igreja, exista forte barreira contra a mistura política institucional direta com o púlpito, os dados demonstram que a visão de mundo do eleitor continua moldada por suas redes de pertencimento, grupos de mensagens e valores de fé. E esse aspecto não é irrelevante, como possa pensar quem deseje assepsia radical entre as dimensões do humano. No Brasil, a identidade religiosa tem operado como força ativa, adquirindo específica conotação em nossos dias, em que o vácuo de identificação partidária cria um cenário onde as pessoas rejeitam o jogo político tradicional e seus partidos. Consequentemente, a religião e as pautas morais adquirem força como os filtros pelos quais o cidadão busca proteção, sentido e representação em um sistema político

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

fragmentado e distante da sua realidade. A fé não está preenchendo um espaço vazio de projetos. Ela está oferecendo sua própria gramática moral como o eixo relevante na disputa pelo poder.

As redes sociais, os algoritmos e as inteligências artificiais

21. As redes sociais e os seus algoritmos de recomendação funcionam como o principal motor de aceleração, amplificação e manutenção da guerra cultural no ambiente político atual. Vêm transformando o debate público ao criar um modelo de negócios baseado na economia da atenção, onde o conflito e a indignação moral são as moedas mais valiosas. Consequentemente, o casamento entre política e religião encontrou a sua simbiose perfeita. A gramática religiosa oferece os conceitos absolutos, pois tratam do bem contra o mal, do sagrado contra o profano. Por sua vez, os algoritmos manifestam forte sensibilidade para esta polarização, pois dividem a audiência e geram engajamento infinito. O resultado é uma arena digital onde a moderação é invisibilizada e o conflito é permanentemente retroalimentado.

22. O objetivo central das plataformas é manter o usuário conectado pelo maior tempo possível para exibir anúncios. Com isso, o algoritmo prioriza o extremo, destacando conteúdos que despertam emoções fortes, especialmente a indignação moral, o medo e a raiva. Por sua vez, estes sentimentos geram mais cliques, curtidas, comentários e compartilhamentos do que postagens informativas ou moderadas. Quando um ator político ou religioso publica um ataque direto aos valores do espectro oposto, o algoritmo identifica o pico de interações e distribui esse conteúdo para milhares de outras pessoas. O sistema recompensa financeiramente e em visibilidade quem radicaliza o discurso. Os algoritmos mapeiam milimetricamente as preferências dos usuários. Se uma pessoa consome conteúdos de teor religioso, a plataforma passará a entregar quase exclusivamente vídeos, postagens e páginas que reforçam essa mesma visão de mundo. Esse isolamento cria as chamadas câmaras de eco. O eleitor passa a acreditar que o mundo inteiro pensa exatamente como ele e que os valores de seu grupo são os únicos corretos. Trata-se, portanto, de verdadeira *ilusão de consenso*. Como o usuário raramente é exposto ao contraditório de forma contextualizada, mas somente apenas por meio de recortes irônicos ou distorcidos feitos pela sua própria bolha, o adversário político deixa de ser alguém com opiniões diferentes e passa a ser visto como um inimigo da fé que precisa ser combatido. Além disso, o formato dominante nas redes atuais privilegia vídeos curtíssimos, de 15 a 60 segundos. Com isso, complexidades doutrinárias, nuances teológicas ou debates técnicos sobre projetos de lei ficam de fora, pois não cabem em vídeos curtos. O formato exige frases de efeito, jargões religiosos

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

impactantes e acusações diretas. O debate real perde importância perante o potencial de viralização daquela fatia de vídeo. [19]

A religião influencia o voto?

23. Por tudo isso, é possível concluir que a religião influencia o voto, mas não determina isoladamente o comportamento eleitoral. São muitos os fatores a interferir nas escolhas dos eleitores [20]. A religião constitui uma variável importante para compreender o comportamento eleitoral dos brasileiros, mas não é suficiente para explicar, de modo isolado, as escolhas políticas dos eleitores. Isso acontece porque não existe um comportamento eleitoral homogêneo entre os seguidores de uma religião. O voto é heterogêneo e suas escolhas eleitorais também são condicionadas também por fatores econômicos, sociais, regionais, educacionais e ideológicos. A religião influencia as escolhas políticas, mas divide espaço com a renda, a escolaridade, a região de residência, a identidade política, a avaliação do governo, as expectativas econômicas e as experiências individuais. Os candidatos precisam compreender a diversidade da sociedade brasileira, evitando tratar os grupos religiosos como segmentos politicamente uniformes. A análise das eleições exige uma perspectiva multidimensional, capaz de reconhecer simultaneamente a importância da religião e a influência de outros fatores sobre o comportamento dos eleitores. A peculiaridade do aspecto religioso atualmente está não apenas na proximidade maior entre os dois aspectos, mas também no fornecimento de lógicas de interpretação e linguagens da religião para o mundo da política.

24. O voto é um fenômeno multidimensional, resultante da interação entre religião, condições sociais, fatores econômicos, identidades políticas e avaliações conjunturais. Por isso, ao se refletir sobre as implicações da identidade religiosa na escolha eleitoral, é necessário questionar explicações monocausais, ou seja, no sentido de que o dado religioso seja a única causa. Importa manter sempre a distinção entre influência e determinação religiosa. A primeira liga-se à orientação de valores, identidades e preferências políticas. Já a segunda, pressupõe que a identidade religiosa seria suficiente para explicar a escolha eleitoral.

---

[19] Cf. LEÃO XIV, Carta encíclica *Magnifica humanitas*, especialmente nos nn. 95, 102 e 132

[20] FRERES, Arilton. Religião importa, mas não explica tudo. *Congresso em Foco*, 1 jul. 2026. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/artigo/120137/religiao-importa-mas-nao-explica-tudo/. Acesso em: 18 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

A missão da Igreja e a dimensão política

25. Por tudo isso, é possível concluir que a religião influencia o voto, mas não determina, isoladamente, o comportamento eleitoral. A religião constitui uma variável importante para compreender as escolhas políticas dos brasileiros, mas não é suficiente para explicá-las. Isso porque não existe um comportamento eleitoral homogêneo entre os seguidores de uma mesma religião. O voto é um fenômeno heterogêneo, condicionado também por fatores econômicos, sociais, regionais, educacionais e ideológicos. A religião, portanto, divide espaço com a renda, a escolaridade, a região de residência, a identidade política, a avaliação do governo, as expectativas econômicas e as experiências individuais. Nesse sentido, os candidatos precisam compreender a diversidade da sociedade brasileira, evitando tratar os grupos religiosos como segmentos politicamente uniformes. A análise das eleições exige, assim, uma perspectiva multidimensional, capaz de reconhecer tanto a importância da religião quanto a influência dos demais fatores sobre o comportamento dos eleitores. Para fins desta análise, a peculiaridade do cenário atual está não apenas na maior proximidade entre religião e política, mas também no fato de que a religião fornece à política suas próprias lógicas de interpretação da realidade e suas linguagens.

26. Diante de um contexto marcado por tantos exemplos e novas configurações, é possível firmar a hipóteses de que estamos vivendo um momento histórico novo também no que diz respeito à relação entre identidade religiosa e opção política. A referência ao processo eleitoral de 2026 ajuda-nos a compreender, ainda que não esgote a complexidade do fenômeno, que estamos diante de situações novas, que desafiam as bases de compreensão utilizadas em outros momentos históricos. Os fatos aqui recordados exigem discernimento sobre como a Igreja no Brasil, empenhada em cumprir fielmente sua missão, é chamada a compreender essa relação e a reconhecer seu próprio papel diante dela. Nessa perspectiva, e de acordo com a compreensão do INAPAZ, algumas questões merecem particular atenção. Entre elas, destaca-se a necessidade de permanecer vigilante diante de interpretações da realidade construídas a partir de lógicas de oposição, exclusão, polarização e confronto. Embora essa preocupação já tenha sido ressaltada em análises anteriores, não podemos baixar a guarda diante do risco de compreender a fé como um combate dirigido não contra o pecado, mas contra pessoas e grupos.

27. Como sabemos, a relação entre identidade religiosa e atuação política pode assumir diferentes configurações, oscilando entre dois extremos: de um lado, a rejeição de qualquer aproximação entre religião e política. De outro, uma identificação tão absoluta entre ambas que já não permite reconhecer os limites e as especificidades de cada uma. Em ambos os casos, perde-se a possibilidade de uma incidência propriamente evangélica na vida política: seja pelo receio de qualquer contaminação com

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

o mundo da política, seja pela identificação excessiva com suas disputas, a ponto de já não se conseguirem reconhecer as necessárias distinções. Para a Igreja, o caminho do equilíbrio passa pela afirmação institucional dos princípios evangélicos e pela formação da consciência dos batizados e batizadas, incentivando o laicato a participar da vida política e das demais formas de transformação da realidade. Nesse horizonte desafiador, emergem diversas questões, das quais três merecem destaque neste momento: a laicidade do Estado, o papel da democracia e a contribuição da Doutrina Social da Igreja.

Superando a (con)fusão entre religião e política

28. Compreender que estamos em uma sacralização da política e uma politização da religião não significa que estejamos vinculando os caminhos da política a uma ou outra confissão religiosa. Esta vinculação pode existir, mas não é a determinante. Em qualquer das confissões religiosas brasileiras atuais, temos eleitores de diversas vertentes, pois a questão se coloca mais em termos de uma estrutura de pensamento ou compreensão religiosa da realidade do que vinculada a uma ou outra instituição religiosa. Trata-se, portanto, de absolutizar a própria interpretação da realidade, atribuindo-lhe pretensão de universalidade e, eventualmente, de exclusividade. Quando, portanto, aqui se equipara a compreensão atual da realidade à dimensão religiosa é porque se constata a tendência de apresentar a própria visão como o único caminho correto para a superação dos problemas. Nesse caso, uma cosmovisão específica acaba reivindicando uma validade que ultrapassa o contexto histórico e cultural em que surgiu.

29. Certamente, uma tradição pode sustentar que existe uma verdade última e, simultaneamente, reconhecer que sua compreensão dessa verdade é limitada, histórica e passível de aprofundamento. A pretensão de absoluto pode ser constitutiva da orientação religiosa, mas não precisa significar necessariamente absolutização da própria cosmovisão. Ao contrário, principalmente em determinados momentos em que a realidade se mostra mais opaca, o risco de absolutização tende a se manifestar mais forte. Por certo, o pensamento religioso pode partir de uma busca legítima pelo absoluto. O problema surge quando se começa a transformar uma interpretação historicamente situada em expressão definitiva e exclusiva do absoluto. Sempre será necessário diferenciar entre a afirmação de que existe uma verdade absoluta e a consequência de que se é possuidor integral dessa verdade, com a satanização de quem compreende a realidade de outro modo. O pensamento religioso pode assumir tanto uma postura de abertura e diálogo quanto uma postura de fechamento e exclusivismo. O recente processo eleitoral brasileiro mostrou que estamos em um período não sensível ao diálogo e ao respeito do diferente.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

A participação religiosa no caminhos de um estado laico

30. A modernidade não eliminou a religião, mas transformou suas formas de organização e expressão. As instituições religiosas tradicionais perderam parte de sua capacidade de regular as crenças e as práticas dos indivíduos, ao mesmo tempo que se multiplicaram as formas de pertencimento religioso, as novas configurações comunitárias e as experiências individuais de espiritualidade. Essas transformações produziram sociedades religiosamente mais diversificadas, nas quais o Estado precisa lidar com grupos que possuem diferentes identidades, reivindicações e formas de participação na vida pública. Esse cenário exige a construção de alternativas institucionais capazes de responder à crescente pluralização religiosa das sociedades contemporâneas e de prevenir os riscos de intolerância e conflito entre diferentes tradições religiosas e entre estas e a sociedade mais ampla. Esta questão tem implicações concretas para um Estado que se queira efetivamente laico. Sua atuação não deve se limitar a uma postura de distanciamento em relação às religiões. Sem abrir mão da neutralidade institucional diante das diferentes crenças, o Estado pode desempenhar um papel ativo na mediação de conflitos, na promoção do diálogo e na construção de consensos que favoreçam a preservação dos vínculos sociais. As tradições religiosas, por sua vez, podem contribuir para a produção de referências éticas, a preservação da memória coletiva e a reconstrução dos vínculos comunitários, desde que essa participação respeite o pluralismo, a autonomia das instituições públicas e os princípios democráticos. O desafio, portanto, não consiste em retirar a religião da política, mas em estabelecer condições democráticas para sua participação, preservando o pluralismo, a autonomia do Estado e a igualdade de direitos.

31. Um Estado efetivamente laico reconhece que as diferentes tradições religiosas fazem parte da sociedade e que seus representantes têm legitimidade para participar do debate público, sem que uma crença seja imposta às demais ou adquira privilégios institucionais. Em vez de simplesmente afastar as religiões do espaço público, cabe ao Estado criar condições para que os diferentes grupos expressem suas posições, reconheçam suas divergências e construam formas democráticas de convivência. Trata-se de superar uma compreensão da laicidade identificada exclusivamente com o distanciamento entre Estado e religiões, sem comprometer a necessária neutralidade institucional, e de reconhecer a possibilidade de formas de cooperação socialmente construtivas entre o poder público e as tradições religiosas. Essa cooperação pode favorecer a produção de referências éticas, a preservação da memória coletiva e a reconstrução dos vínculos sociais. Não se trata, evidentemente, de o Estado assumir uma religião oficial ou favorecer determinadas tradições religiosas. Tampouco significa que as instituições religiosas devam assumir funções próprias do governo ou que seus

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

princípios confessionais se convertam, por si mesmos, em fundamentos da legislação civil. É nesse horizonte que a noção de *laicidade mediadora* ganha relevância, pois ela permite pensar uma resposta institucional à crescente articulação entre grupos religiosos na política brasileira. Diante, por exemplo, de manifestações públicas de caráter religioso, como as Marchas, não cabe ao Estado impedir a manifestação da fé ou restringir a participação de seus integrantes no debate político. A liberdade de manifestação e a participação pública das organizações religiosas constituem dimensões legítimas da democracia, desde que exercidas em conformidade com os direitos fundamentais e com as regras que asseguram a igualdade de todos perante o Estado.

32. Há, entretanto, uma distinção fundamental entre reconhecer a legitimidade da presença pública das religiões e permitir que grupos religiosos convertam sua força social em poder de imposição sobre o conjunto da sociedade. A laicidade mediadora ajuda a compreender justamente essa fronteira. A participação religiosa no espaço público não pode resultar na concessão de privilégios institucionais, nem na subordinação das instituições públicas a interesses confessionais. Ao contrário, cabe ao Estado assegurar que as diferentes tradições religiosas, especialmente as minoritárias, disponham de condições efetivas de expressão e participação. Nesse sentido, a laicidade mediadora representa uma alternativa tanto à exclusão das religiões do debate público quanto à sua transformação em fontes privilegiadas de autoridade política. O Estado efetivamente laico não deve apenas preservar a separação institucional entre as esferas política e religiosa, mas também criar condições para administrar os conflitos decorrentes do pluralismo religioso. Isso supõe favorecer espaços de diálogo e negociação nos quais diferentes grupos possam expressar suas concepções de mundo, reconhecer suas divergências e construir formas de cooperação, sem que disso resulte a submissão das instituições públicas a qualquer orientação confessional.

33. Em segundo lugar, importa refletir sobre as implicações dos acontecimentos mais recentes mundo afora para a compreensão e a concretização da laicidade do Estado. De um lado, observamos propostas de organização política que se aproximam de modelos confessionais, nos quais o Estado passa a ser conduzido por regras, valores ou autoridades religiosas. De outro, encontramos concepções que identificam a laicidade com a exclusão da religião do espaço público, ignorando que a ausência de uma religião oficial não significa a ausência das crenças religiosas na sociedade. Ao contrário, a laicidade pressupõe que o Estado não se comprometa institucionalmente com nenhuma confissão justamente para assegurar a liberdade religiosa para todas as religiões. Entre essas duas posições, cabe perguntar se não estaríamos diante da emergência de uma modalidade intermediária de relação entre religião e política, que poderíamos denominar *confessionalismo light*. Por essa expressão, entendemos uma configuração na qual a religião conserva significativa presença pública,

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

enquanto seus valores, símbolos, referências bíblicas e identidades confessionais são mobilizados no debate político. Ao mesmo tempo, atores políticos incorporam referências religiosas a seus discursos, candidaturas, partidos e movimentos, recorrendo a princípios confessionais para legitimar suas posições e propostas. Não se trata, necessariamente, de um projeto de constituição de um Estado confessional. As instituições democráticas, o pluralismo religioso e a separação formal entre Igreja e Estado podem permanecer preservados. O que ocorre é que a identidade religiosa passa a funcionar como importante recurso de legitimação política, fazendo com que determinadas posições sejam apresentadas como expressões de valores morais e religiosos supostamente compartilhados pelo conjunto da sociedade. O aspecto mais significativo dessa dinâmica é que ela não exige uma ruptura formal com a ordem constitucional laica. Ela pode se desenvolver no interior das próprias instituições democráticas. Nesse sentido, o confessionalismo light representa uma modalidade contemporânea de politização da religião e de sacralização da política, na qual referências confessionais passam a integrar os processos de legitimação dos discursos e das práticas políticas, sem que isso implique, necessariamente, a contestação formal do Estado laico.

Missão da Igreja e Democracia

34. A atual configuração das relações entre religião e política convoca a Igreja a oferecer sua contribuição para a preservação e o fortalecimento da democracia. Isso porque a crise democrática contemporânea não se manifesta apenas por meio de golpes de Estado ou da suspensão de eleições. Ela também pode desenvolver-se no interior de regimes formalmente democráticos, quando os próprios fundamentos da democracia passam a ser questionados ou enfraquecidos. Entre suas manifestações, podemos destacar o crescimento de movimentos políticos autoritários e de lideranças personalistas, a deslegitimação sistemática das instituições, especialmente dos parlamentos, tribunais e órgãos eleitorais, a dificuldade de reconhecer a legitimidade dos adversários políticos, a disseminação da desinformação e da manipulação da opinião pública, a polarização que transforma diferenças legítimas em antagonismos irreconciliáveis, a concentração do poder econômico e comunicacional, capaz de comprometer a igualdade de participação, e a redução da política à disputa pelo poder, em detrimento da construção do bem comum. Soma-se a isso o surgimento de lideranças que se apresentam como salvadoras da pátria e reivindicam legitimidade política a partir de si mesmas, demonstrando, por vezes, profundo desrespeito aos mecanismos democráticos de limitação e equilíbrio dos poderes.

35. Em contextos como esse, a Igreja é chamada a reafirmar continuamente que o poder político não é absoluto. Trata-se de uma função exercida a serviço da comunidade e que deve estar orientada para o

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

bem comum. A história demonstra que os regimes autoritários tendem a concentrar nas mãos do Estado ou de determinados grupos o poder de definir quais direitos serão reconhecidos e quais pessoas serão protegidas. A democracia, ao contrário, estabelece mecanismos institucionais destinados a proteger os cidadãos contra o arbítrio. Entre esses mecanismos estão as liberdades de expressão, associação e religião, o direito à oposição política, a igualdade perante a lei, a independência do Poder Judiciário, a proteção das minorias, e o direito de participação política. Na perspectiva cristã, esses direitos não são apenas instrumentos de organização da vida social, mas encontram seu fundamento na dignidade intrínseca da pessoa humana. Defender a democracia significa, portanto, defender também as condições políticas e jurídicas necessárias para o reconhecimento e a efetivação dos direitos humanos. Nenhum governante eleito pode reivindicar que representa integralmente a sociedade e, com base nisso, considerar-se dispensado dos limites constitucionais e dos mecanismos de controle do poder. Como nos recorda a encíclica *Fratelli Tutti* (n. 154-197), a vida democrática exige o reconhecimento da dignidade de todos, a participação social e a orientação da política para o bem comum. A democracia não se conserva automaticamente. Ela precisa ser continuamente construída, aperfeiçoada e protegida.

36. Diante desse cenário, a contribuição da Igreja para a democracia precisa partir de algumas posições fundamentais, cuja importância se torna ainda mais evidente no contexto atual. Em primeiro lugar, é necessário rejeitar qualquer proposta de organização da sociedade que implique a constituição de um Estado confessional ou a subordinação das instituições públicas a autoridades religiosas. Em segundo lugar, a Igreja deve manter um distanciamento crítico em relação ao fisiologismo político, entendido como uma prática de atuação orientada pela obtenção de vantagens, cargos, recursos e benefícios particulares, em detrimento do interesse público e do bem comum. Em terceiro lugar, é chamada a contribuir para uma concepção substantiva de democracia, que ultrapasse sua dimensão meramente procedimental e representativa, incorporando a dignidade humana, a justiça social, a participação popular, a solidariedade e o bem comum como fundamentos de sua legitimidade.

37. A Igreja não pode aceitar uma compreensão da democracia que a reduza a um conjunto de procedimentos formais, como se ela pudesse prescindir de fundamentos éticos e de determinada concepção da pessoa humana. Uma democracia autêntica precisa articular representação política, participação social, legitimidade institucional e valores éticos. Sua legitimidade não se esgota no voto, na representação ou na aplicação da regra da maioria. Pressupõe uma compreensão da pessoa como sujeito de dignidade e de direitos, bem como o reconhecimento da igualdade fundamental entre todos os seres humanos. O voto confere legitimidade democrática à escolha dos governantes, mas essa legitimidade não é incondicional nem se esgota no momento eleitoral. Depende também do modo

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

como os eleitos exercem o mandato que receberam, respeitando os direitos fundamentais, os limites constitucionais e o compromisso com o bem comum. A desigualdade extrema, a pobreza, a exclusão social e a concentração do poder econômico podem comprometer as condições de participação dos cidadãos e, consequentemente, a própria qualidade da democracia.

38. A democracia está, portanto, intrinsecamente relacionada à justiça social. Não basta perguntar se as pessoas possuem formalmente o direito de participar da vida política, é necessário perguntar se dispõem de condições reais para exercer esse direito. A desigualdade econômica pode converter-se em desigualdade política, na medida em que pessoas submetidas à pobreza extrema, à fome, à falta de acesso à educação e à insegurança social enfrentam obstáculos muito maiores para participar efetivamente da vida pública. Os princípios da dignidade humana, da solidariedade, da subsidiariedade e da destinação universal dos bens, fundamentais na Doutrina Social da Igreja, ajudam a compreender que a democracia necessita de uma base social que assegure condições efetivas de participação a todos. Uma democracia marcada pela exclusão social corre, assim, o risco de reduzir-se a uma estrutura meramente formal, incapaz de assegurar a participação efetiva de todos na construção do bem comum. Essa preocupação, portanto, não é apenas filosófica ou religiosa. Diz respeito às próprias condições de legitimidade e sustentação da vida democrática.

39. A democracia pressupõe igualmente o reconhecimento do pluralismo como característica legítima e constitutiva das sociedades contemporâneas. Nelas convivem pessoas com diferentes religiões, concepções filosóficas, valores morais e culturais, condições econômicas e sociais, projetos de sociedade e preferências políticas e ideológicas. A democracia oferece uma forma institucional de administrar essas diferenças, permitindo a convivência entre perspectivas distintas sem transformar o adversário em inimigo. Isso significa reconhecer que a divergência não autoriza a negação dos direitos daqueles que pensam diferentemente, tampouco permite que uma determinada visão de mundo seja imposta ao conjunto da sociedade. A construção do bem comum não exige que todos compartilhem as mesmas convicções, mas pressupõe o reconhecimento da dignidade de cada pessoa e a disposição para conviver com as diferenças. A vida democrática exige, portanto, capacidade de diálogo, respeito ao outro e disposição para construir consensos possíveis, sem eliminar o legítimo dissenso.

40. Quando compreendemos a democracia em sua relação com a justiça social, a participação e o respeito à diversidade de concepções de mundo, somos conduzidos a reconhecer a importância do testemunho da própria Igreja. Sua força não está na imposição de posições, mas na coerência entre aquilo que anuncia e a maneira como vive e se organiza. É nesse horizonte que ganha particular relevância a sinodalidade. Uma Igreja que, mesmo entre hesitações e aprendizagens, procura discernir o

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

significado da sinodalidade e concretizá-la em suas práticas possui uma importante força testemunhal para interpelar profeticamente concepções e práticas antidemocráticas. Isso se torna ainda mais necessário quando tais concepções e práticas assumem caráter absoluto, sacralizando determinadas lideranças, projetos políticos ou interpretações da realidade e, desse modo, colocando-os acima da crítica e do questionamento. Ao cultivar a escuta, a participação, o discernimento comunitário e o reconhecimento da diversidade, a sinodalidade oferece um testemunho concreto de que a autoridade não se confunde com poder absoluto e de que a construção do bem comum exige diálogo e corresponsabilidade. Nesse sentido, em tempos de fragilidade democrática, a sinodalidade é também profetismo.

Importância e aprofundamento da Doutrina Social da Igreja

41. Em um contexto como esse, a Doutrina Social da Igreja encontra-se diante de um momento particularmente significativo de sua história. As transformações aqui analisadas suscitam questões diretamente relacionadas a seus fundamentos e princípios, como a dignidade da pessoa humana, o bem comum, a justiça social, a solidariedade, a subsidiariedade e a destinação universal dos bens. O futuro da Doutrina Social da Igreja dependerá de sua capacidade de preservar esse patrimônio antropológico e ético e, ao mesmo tempo, aprofundar sua interpretação da realidade e desenvolver respostas para os desafios de uma sociedade globalizada, digitalizada, desigual e politicamente polarizada. Será necessário, ainda, discernir caminhos evangélicos diante de diferentes concepções de sociedade, liberdade e desenvolvimento, difundidas tanto por correntes do capitalismo liberal quanto por movimentos nacionalistas autoritários e populistas. Nesse horizonte, um dos principais desafios consiste em aprofundar a concepção de *desenvolvimento humano integral*, especialmente diante de uma economia na qual a tecnologia e o capital financeiro adquirem capacidade crescente de influenciar e determinar as condições de vida das populações.

42. A encíclica *Magnifica humanitas*, do Papa Leão XIV, chama a atenção para a impossibilidade de ignorar as profundas transformações introduzidas pela inteligência artificial. Não estamos diante de uma mudança meramente tecnológica, mas de um processo capaz de modificar profundamente a organização do trabalho, a distribuição da renda, as relações entre capital e trabalho, a autonomia dos indivíduos, a concentração do poder econômico e informacional e as próprias condições de participação democrática. Essas transformações colocam novos desafios à Doutrina Social da Igreja, exigindo que seus princípios sejam mobilizados para discernir os impactos da inovação tecnológica sobre a dignidade humana, as relações sociais e o bem comum. A questão fundamental não é simplesmente como incorporar as novas tecnologias, mas como assegurar que seu desenvolvimento

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

e sua utilização estejam efetivamente a serviço da pessoa humana e do desenvolvimento integral de todos.

43. Outro desafio importante diz respeito à crise da representação política, ao enfraquecimento da confiança nas instituições e ao crescimento de lideranças e movimentos populistas. A tradição social católica reconhece a legitimidade da democracia, especialmente quando fundada na dignidade humana, na participação e na proteção dos direitos fundamentais. O populismo, entretanto, apresenta desafios particulares quando um líder ou movimento passa a reivindicar para si a representação exclusiva da vontade popular, desqualificando as instituições de mediação e os demais atores da vida democrática. Essa tendência pode favorecer uma identificação perigosa entre autoridade política, identidade nacional e identidade religiosa, fazendo com que determinadas posições políticas sejam apresentadas como expressão necessária da vontade do povo e de seus valores religiosos. Cabe à Doutrina Social da Igreja oferecer critérios de discernimento que permitam reconhecer os riscos dessas identificações e reafirmar a importância das instituições, do pluralismo, da participação e da busca do bem comum.

44. Um quarto desafio decorre da crescente pluralização religiosa das sociedades contemporâneas. Nesse contexto, a Doutrina Social da Igreja precisa aprofundar sua reflexão sobre a liberdade de consciência e de religião, bem como sobre as condições institucionais necessárias para assegurar a convivência entre diferentes tradições religiosas e concepções de mundo. Trata-se de contribuir para uma compreensão da laicidade que, sem comprometer a neutralidade religiosa do Estado, reconheça a legitimidade da presença pública das religiões e assegure a liberdade de expressão e participação de todos. O desafio consiste em preservar simultaneamente a liberdade religiosa, o pluralismo democrático e a autonomia das instituições públicas, evitando tanto a exclusão da religião do espaço público quanto a imposição de convicções confessionais ao conjunto da sociedade.

45. Outro aspecto importante diz respeito às transformações do Estado e às disputas em torno do papel das instituições públicas na organização da economia e da sociedade. De um lado, existem correntes que defendem a redução das responsabilidades sociais do Estado, atribuindo ao mercado e à iniciativa privada papel predominante na promoção do desenvolvimento. De outro, encontram-se perspectivas que concentram no Estado a responsabilidade principal pela organização da vida econômica e social. A tradição social católica não se identifica integralmente com nenhuma dessas posições. O princípio da subsidiariedade reconhece e valoriza a capacidade de iniciativa das pessoas, das famílias, das comunidades e das organizações da sociedade civil, enquanto o princípio da solidariedade exige responsabilidade coletiva e atuação pública diante das desigualdades e das situações de vulnerabilidade. O desafio consiste, portanto, em encontrar formas adequadas de articulação entre

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

Estado, mercado e sociedade civil, de modo que cada instância possa contribuir para a promoção da dignidade humana e do bem comum.

46. Esses são alguns dos desafios mais diretamente relacionados ao enfoque desta análise. Outros poderiam ser igualmente considerados, como o fortalecimento da solidariedade internacional diante do crescimento da xenofobia, a promoção da cooperação entre os povos, a responsabilidade para com as populações mais vulneráveis e a busca de caminhos para a superação dos conflitos armados. À primeira vista, poderia parecer que a referência às guerras entre países diz respeito a uma realidade distante das responsabilidades de uma Igreja local. Entretanto, estamos diante de um contexto em que os conflitos se manifestam em diferentes escalas e produzem repercussões que alcançam também a vida cotidiana das comunidades. Se, no plano internacional, estamos, como afirmava o Papa Francisco, diante de uma terceira guerra mundial travada em pedaços, no âmbito das relações humanas mais próximas também encontramos diferentes formas de violência, intolerância e ruptura dos vínculos sociais. Por isso, as pequenas comunidades de discípulos missionários, reunidas em torno da Palavra de Deus, da liturgia e da piedade popular, não estão alheias a esses desafios. Ao contrário, são chamadas a cultivar experiências de fraternidade, reconciliação e construção da paz. Nesse horizonte, a Doutrina Social da Igreja precisa contribuir para aprofundar a passagem de uma concepção predominantemente defensiva da paz, entendida como ausência de guerra, para uma compreensão mais abrangente, fundada na prevenção dos conflitos, na justiça internacional, na cooperação entre os povos e na construção de instituições capazes de promover a paz. Isso exige que a Igreja não confunda a defesa dos valores cristãos com a legitimação de projetos partidários e tampouco abandone sua tradição de discernimento crítico diante das estruturas econômicas, sociais e políticas que comprometem a dignidade humana.

47. Enfim, *"...quando alguns contestavam que a Igreja não devia desperdiçar energias em questões mundanas, mas preocupar-se em comunicar uma mensagem de vida eterna, ele respondia com realismo e sabedoria que o anúncio do Evangelho não pode esquecer a vida concreta dos povos. (MH 3) ... Na realidade, ela nasce de uma Igreja que caminha com a humanidade, reconhece a autonomia das realidades terrenas e a distinção entre comunidade eclesial e comunidade política e, precisamente por isso, aspira a servir o bem comum. (MH 18) ... À luz do exposto até agora, a Doutrina social da Igreja surge, na sua forma mais autêntica, não como um manual de princípios e normas a aplicar, mas um caminho de discernimento comunitário. Ela nasce do encontro entre a verdade eterna do Evangelho e as questões da história; deixa-se interrogar pelos sinais dos tempos; nutre-se dos contributos das ciências, das culturas e das experiências humanas. Assim, quando a dignidade dos irmãos é desfigurada, quando a política não responde aos dramas da humanidade,*

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

quando a economia se volta contra a pessoa ou a ciência ultrapassa os limites do seu método, a Igreja – com as outras confissões cristãs e os crentes de outras religiões – deve erguer a sua voz não para dominar, mas para servir a comunhão. Com esta compreensão, a Doutrina social torna-se uma teologia da comunhão na história; um lugar onde a Palavra, que se fez carne, continua a tornar-se diálogo, memória e profecia". (Mh 27)

Olhar agora e pensar no futuro

48. A análise ora apresentada afirmou que estamos diante de uma configuração particularmente desafiadora na relação entre religião e política. O processo eleitoral brasileiro de 2026 constituiu uma ocasião privilegiada para observar essas transformações, embora não esgote a complexidade de um fenômeno que se manifesta de diferentes maneiras e com intensidades distintas nas diversas realidades do país. A aproximação entre identidade religiosa e escolha política, a sacralização dos discursos políticos, a polarização e a utilização das referências religiosas como instrumentos de legitimação de projetos de poder revelam mudanças que exigem da Igreja atenção e discernimento.

49. Diante desse cenário, a Igreja é chamada a reafirmar sua missão de anunciar o Evangelho e contribuir para a transformação da sociedade, sem se deixar aprisionar por projetos partidários ou identificações confessionais que comprometam sua liberdade profética. Isso exige tanto a rejeição de qualquer pretensão de subordinação do Estado a interesses religiosos quanto o reconhecimento da legitimidade da presença pública das religiões. A participação religiosa na vida política é legítima, desde que respeite o pluralismo, a autonomia das instituições públicas, a liberdade de consciência e a igualdade de direitos. Não se trata, portanto, de afastar a religião da política, mas de discernir as condições em que sua presença pode efetivamente contribuir para a democracia e para o bem comum.

50. Essa responsabilidade passa também pelo testemunho da própria Igreja. Em uma sociedade marcada pela polarização, pela dificuldade de reconhecer as diferenças e pela absolutização de lideranças e projetos políticos, a sinodalidade adquire particular relevância. Ao cultivar a escuta, a participação, o discernimento comunitário e a corresponsabilidade, a Igreja testemunha uma maneira de exercer a autoridade que não se confunde com dominação e uma forma de construir a unidade que não exige a eliminação das diferenças. Sua contribuição para a democracia não se encontra apenas naquilo que afirma publicamente, mas acima de tudo na coerência entre sua mensagem e a maneira como vive e organiza sua própria experiência comunitária.

51. Por fim, esse contexto torna ainda mais necessário o aprofundamento da Doutrina Social da Igreja. Seus princípios fundamentais oferecem critérios para discernir os desafios contemporâneos e orientar

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496

a contribuição cristã para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna. A dignidade da pessoa humana, o bem comum, a solidariedade, a subsidiariedade e a destinação universal dos bens precisam continuar iluminando a compreensão das transformações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas. Não se trata de oferecer respostas partidárias aos problemas do presente, mas de preservar a liberdade de discernimento da Igreja e sua capacidade de reconhecer, questionar e transformar as estruturas que comprometem a dignidade humana.

52. O desafio que se apresenta, portanto, é o de permanecer fiel à missão evangelizadora sem confundir a defesa da fé com a adesão a projetos políticos particulares. Em tempos nos quais a religião pode ser instrumentalizada para legitimar antagonismos e absolutizar posições, a Igreja é chamada a ser presença de reconciliação, diálogo e esperança. Sua contribuição será tanto mais significativa quanto mais conseguir testemunhar que a fé não se destina a alimentar a oposição entre pessoas e grupos, mas a promover a dignidade de todos, a fraternidade e a busca permanente do bem comum.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 3D3D496